III ENECULT
TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

SOBRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Elizabeth Loiola(*)
Paulo Miguez(**)

Resumo

Compreendendo a relação entre cultura e desenvolvimento como um dos pontos centrais dos debates contemporâneos, o presente artigo objetiva alinhar, do ponto de vista conceitual, algumas das questões-chave que organizam a compreensão da cultura como uma dimensão estratégica do desenvolvimento.

Palavras-chave

cultura; desenvolvimento; economia da cultura.

A relação entre cultura e desenvolvimento é, certamente, um dos pontos centrais dos debates contemporâneos. Para além do ambiente acadêmico que tem assistido, nos anos mais recentes, ao crescimento do número estudos e pesquisas dedicadas a esta temática, já são significativas as experiências práticas que articulam cultura e desenvolvimento, quer no âmbito das políticas públicas governamentais, quer, também, no campo de ação de múltiplas agências e organizações da sociedade civil, cujos recortes específicos increvem-se, regra geral, na perspectiva do desenvolvimento local sustentado.

Compreender relações, matizes, convergências, conflitos e justaposições que resultam das novas dinâmicas estabelecidas pela cultura com outras dimensões societárias, particularmente aquelas que se vinculam de forma estreita e intensa com as práticas econômicas, é, hoje, um dos maiores desafios para a ação de governos, organizações, comunidades, acadêmicos, *policy makers*, políticos, dentre outros atores, que objetivem promover a ampliação do conhecimento teórico e prático sobre a relação entre cultura e desenvolvimento e sobre as possibilidades e os modos de intervenção que contribuam para potencializar seus resultados.

O desafio de discutir a relação entre cultura e desenvolvimento em toda sua magnitude e múltiplas implicações foge ao escopo deste artigo. Mas, de toda sorte, vai-

---

(*)Professora Adjunta da Escola de Administração da UFBA e pesquisadora do CNPq (beteloiola@oi.com.br <beteloiola@oi.com.br>).
(**)Professor Adjunto do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB e pesquisador da FAPESB (paulomiguez@uol.com.br).

se perseguir um alinhamento conceitual que delimite com relativamente maior rigor e clareza questões-chave que organizam a compreensão da cultura como uma dimensão estratégica do desenvolvimento.

Sobre desenvolvimento

O professor Ignacy Sachs (SACHS, 2005) adverte que, para os adeptos das teorias econômicas a-históricas e baseadas no fundamentalismo do mercado, o desenvolvimento é um conceito simplesmente redundante. Propostas forjadas com vistas à recuperação da Europa no pós-guerra padeciam de economicismo, com superestimação do papel do crescimento econômico no processo de desenvolvimento e compartilhamento da fé nas virtudes do mimetismo, em função do que países periféricos foram aconselhados a trilhar trajetórias percorridas pelos países já industrializados para alcançarem o desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento endógeno estava ainda por ser inventado, de acordo com Sachs (2005).

Antecipando sobre os resultados da aplicação do receituário proposto, registra-se aqui seu relativo fracasso e o insucesso dos principais paradigmas de crescimento econômico e de desenvolvimento a eles vinculados (SACHS, 2005; LOIOLA, 2004). Como observa o professor Ignacy Sachs,

> À luz desta constatação compreende-se o desencanto das vítimas deste processo de mau-desenvolvimento e a crítica severa dirigida contra as políticas nacionais e internacionais postas em prática, à ineficiência, para não dizer perfídia dos mecanismos de ajuda dos países industrializados aos países periféricos e ao fracasso das sucessivas "décadas de desenvolvimento" promovidas pela ONU, da qual o último avatar são as Metas do Milênio (SACHS, 2005, p. 158)

Em função dos resultados frustrantes das políticas de desenvolvimento antes mencionadas, principalmente em termos de equidade e capacidade de autosustentação das experiências verificadas, as teorias ortodoxas de desenvolvimento e seus modelos correlatos passaram a ser questionados.

Nas décadas subseqüentes, a idéia do desenvolvimento evoluiu no sentido de sua crescente complexidade, organizando-se como um conceito pluridimensional. Nessa medida, as novas abordagens sobre desenvolvimento passaram tendencialmente a:

- enfatizar a diferença fundamental entre desenvolvimento e crescimento econômico;
- preconizar a necessidade de compatibilização, no tempo e no espaço, entre crescimento, eficiência econômica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social;
- substituir a noção de espaço, esvaziada de sua dimensão sócio-histórica ou limitada a uma configuração geográfica estática, segundo a qual o espaço é fator que pode

aumentar ou reduzir custos, conforme as distâncias existentes entre os mercados de insumos e de consumo das empresas e setores produtivos, pela noção de território (AZAIS; CORSANI; NICOLAS, 1993; CASTRO, 1994). O espaço transmutou-se em território constituído por quatro dimensões interdependentes: a físico-territorial – cada território tem *um lugar na terra* que lhe atribui materialidade e, simultaneamente, especificidades –, a socioeconômica – todo desenvolvimento se dá sobre um território e, simultaneamente, modifica esse território –, a político-organizativa – ao nomear-se o território atribui-se-lhe identidade possibilitando o seu reconhecimento pelo outro – e a simbólico-cultural – suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, deve ser registrado que os territórios evocam sentimentos de pertencimento e de especificidade. Sua dimensão simbólica confunde-se com sua dimensão cultural (ALBAGLI, 2004);

- superar a lógica setorial, colocando-se em destaque as relações entre diferentes modalidades de empreendimentos a partir da utilização de construtos de complexos e cadeias produtivas, *clusters*, arranjos produtivos locais, sistemas de produção, redes, etc., que sobrelevam estruturas de governança para coordenação, articulação e aprendizagem entre atores;
- realçar a importância da constituição de parcerias e de relações de cooperação entre atores que, em situações anteriores, manteriam poucos contatos entre si e estabeleceriam relações exclusivamente pautadas na lógica da competição;
- valorizar o protagonismo da sociedade civil e dos governos locais em projetos de desenvolvimento;
- reconhecer que o desenvolvimento não resulta da transposição mimética de experiências alheias e sim de um esforço endógeno baseado na autoconfiança (*self-reliance*[1]), regulado por instituições e regras;
- incorporar a história ao sistema teórico, abrindo espaço para a consideração das influências sobre o futuro derivadas da natureza cumulativa de decisões passadas sobre os fatores que afetam o desenvolvimento (HASENCLAVER; KUPFER, 2002);
- reconhecer e também incorporar ao sistema teórico-metodológico que a acumulação capitalista não é um fenômeno auto-regulado; não responde, exclusivamente, a uma

[1]"A palavra 'self-reliance' se traduz dificilmente para as línguas latinas. O termo 'autoconfiança', proposto por Fernando Henrique Cardoso não abarca todas as dimensões deste conceito, que remete à autonomia do processo decisório e insiste sobre a virtude de contar sobre as suas próprias forças, o que não deve ser confundido com autarquia" (SACHS, 2005, p. 154).

lógica interna de reprodução; e realiza-se também dentro de um marco institucional (BUSTELO, 1999);

- postular que a dinâmica da acumulação capitalista é condicionada, em última instância, pelos elementos desse marco institucional, os quais são, por sua vez, modelados ao longo da história (BUSTELO, 1999);
- enfatizar a necessidade de sustentabilidade dos projetos, a qual aparece freqüentemente associada à participação dos atores sociais e dos governos locais na promoção e gestão e, em certos casos, à ênfase na incorporação de recursos produtivos do local (LIMA; LOIOLA; MOURA, 2000);
- enfatizar o desenvolvimento das capacidades internas ao próprio local. As localidades são vistas como agentes de transformação, e não da maneira antes usual como simples suporte físico das relações de produção;
- revalorizar os pequenos e micro negócios, articulados em redes, e o setor informal, com suas redes sociais informais, como formas de alcançar um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável (no sentido de internalização no local dos vetores de crescimento) e com maior nível de eqüidade social; e
- reconhecer que o mercado é uma construção sócio-histórica e, por isso, suas configurações concretas são dependentes e, simultaneamente, resultantes de escolhas políticas, e que o consumo é um " sistema de significação e a principal necessidade que supre é a necessidade simbólica" (ROCHA; ROCHA, p. 75).

Em síntese, o desenvolvimento passa a ser assumido como um fenômeno endógeno em busca de relações de preservação com o ambiente, aberto ao câmbio institucional e dependente da história, que se realiza sobre territórios, e que, por isso tudo, é dependente de fatores externos e internos a esses territórios.

Certamente, os aspectos registrados até aqui são contabilizados como avanços no campo das teorias de desenvolvimento. No entanto, é sempre oportuno e intelectualmente saudável, que esforços sejam dedicados para investigar os riscos que podem ainda estar associados a essas novas abordagens, sobretudo quando há o deslocamento do campo da teoria para a realidade prática. Realçam-se os que se seguem:

- a reprodução de antiga discussão no campo da economia, de resultado sempre polarizado, sobre a importância da pequena e da grande empresa como força motriz do desenvolvimento local. Estudos sobre os distritos industriais no Norte da Itália (LOVEMAN; SENGENBERGER, 1991; BECATTINE, 1991; AMADIEU, 1991;

SOUZA, 1995) apresentam uma visão mais matizada e problematizada do papel da pequena empresa na dinamização do desenvolvimento sob o capitalismo, na atualidade. Conforme Sengenberger e Loveman (1991), é refutável a hipótese de que o porte do empreendimento é importante na determinação de sua eficiência econômica e sua vitalidade. Em oposição a essa hipótese, há evidências empíricas que indicam haver uma forte correlação entre desempenho econômico e social das firmas, organização social e políticas públicas de suporte à competitividade (LOVEMAN; SENGENBERGER, 1991; LOIOLA, 1998).

- o tratamento inadequado da tensão que se estabelece entre as forças exógenas e endógenas no processo de desenvolvimento, e enquanto forças modeladoras dos espaços-locais;
- a negligência em termos de focalização do papel regulador do Estado e das instituições;
- a redução do conceito de recursos produtivos a capital, igualando-se, com freqüência, grande capital a capital externo e força exógena, e pequeno negócio a capital local e à força endógena (LOIOLA, 2004);
- o revigoramento da ideologia do localismo, uma vez que o local tende a ser referido não somente no sentido valorativo de escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento, que preserva relações comunitárias e formas mais ambientalmente sustentáveis de produzir (BENEVIDES, 2000);
- a propensão a sobrepor a noção de espaço sobre a dimensão do político, enquanto conteúdo definidor do que é democracia, obscurecendo a significação dos micros poderes na constituição das relações sociais de dominação local (BENEVIDES, 2000); e
- a tendência a elidir características fundamentais da vida social que são os conflitos e tensões presentes na diversidade de valores, na desigualdade de acesso a recursos e oportunidades, na competição e conflito de interessas entre os diversos grupos que formam os territórios (ARANTES, 2004).

De toda sorte, contabilizados os avanços e registrados os riscos, quer-se reter a compreensão do desenvolvimento como um conceito pluridimensional que passou a incorporar, em acréscimo à dimensão econômica, as dimensões sociais, políticas, ambientais e, particularmente, culturais.

Sobre o conceito de cultura

Estabelecidos os contornos de uma visão de desenvolvimento à qual a cultura comparece como dimensão estratégica, cabe, agora, voltar a atenção para a definição do que vem a ser cultura.

Não é tarefa fácil conceituar cultura. Expressando uma variedade muito grande de fenômenos humanos e referindo-se a um amplo e diversificado conjunto de interesses, são em número cada vez maior as áreas do conhecimento que investem na tentativa de alcançar uma conceituação do que vem a ser cultura. Assim, além da sociologia e da antropologia, áreas classicamente dedicadas à problemática, também avançam nesta direção os estudos comunicacionais, a ciência política, a história, a geografia, a crítica literária e, em anos mais recentes, a economia e a gestão. Daí a abundância de significados[2] atribuídos à palavra cultura[3], como daí, também, a reconhecida escassez de consensos quanto ao que ela significa. Vale aqui lembrar o professor Muniz Sodré para quem, quando o assunto é cultura, "a multiplicidade das definições acompanha a diversidade dos interesses institucionais ou disciplinares" (SODRÉ, 1988, p.43).

Interessa pouco, aqui, por razões óbvias, enveredar neste debate. Retenham-se dele, entretanto, alguns poucos, todavia importantes, pontos consensuais para os quais convergem os muitos olhares institucionais e disciplinares. São estes, de acordo com o que foi sistematizado por alguns estudiosos da questão (ARANTES, 2004; LARAIA, 1994; CUCHE, 2002; VIANNA, 2005):

- a percepção de que a cultura não se subordina a determinismos de ordem biológica, isto é, não resulta de capacidades e atributos herdados geneticamente;
- o entendimento de que a cultura não é condicionada por determinismos geográficos, uma vez que a cultura age seletivamente e não casualmente sobre o meio ambiente;
- a compreensão, em conseqüência, de que a cultura é uma construção histórica – isto é, que decorre da história das relações (no mais das vezes desiguais) entre os grupos sociais;
- a percepção de que a cultura tem uma natureza dinâmica, mutável e plural;

---

[2] Em 1952, dois antropólogos, Alfred Kroeber e Clyde Kluckhorn, chegaram a inventariar cinqüenta definições de cultura. Vinte anos depois foi a vez do francês Abraham Moles, teórico da informação, engrossar esta lista, acrescentando mais cem novas definições ao levantamento pioneiro realizado pelos dois antropólogos.

[3] Segundo Eagleton (2005, p.9), referindo-se ao idioma inglês, "cultura é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas da nossa língua" – o que, cremos, pode ser extendido a outros idiomas, inclusive ao português.

- o entendimento de que a pluralidade e a diversidade de culturas não se compadecem de lógicas hierarquizantes – segundo as quais existiriam culturas superiores e culturas inferiores;
- a percepção de que a cultura, enquanto conjunto dinâmico, mutável e plural, é aprendida e difundida socialmente – ou seja, culturas são carregadas de códigos e convenções socialmente transmitidos; e, enfim,
- a compreensão de que a cultura diz respeito a "mentefatos" e artefatos produzidos pelos homens.

Estabelecidos alguns elementos de consenso, um dos primeiros pontos de partida da discussão aqui proposta, toma-se outro ponto de partida: a compreensão de que a cultura comporta tanto uma concepção ampliada quanto restrita.

Enquanto concepção ampliada, a cultura significa o conjunto maior da produção e elaboração, simbólica e material, do ser humano: os artefatos, o imaginário, os comportamentos, as práticas; as formas de expressão, de organização, de percepção e de apropriação do cotidiano. Significa, também, os modos como o homem se reconhece, como ele vê e se relaciona com o mundo. Nessa perspectiva, portanto, é a cultura o eixo organizador da construção e de expressão das identidades nacionais. Assim resume, Isaura Botelho, a concepção ampliada da cultura, a qual denomina de "antropológica":

> Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. ... Os fatores que presidem a construção desse universo protegido podem ser determinados pelas origens regionais de cada um, em função de interesses profissionais ou econômicos, esportivos ou culturais, de sexo, de origens étnicas, de geração, etc. Na construção desses pequenos mundos, em que a interação entre os indivíduos é um dado fundamental, a sociabilidade é um dado básico. (BOTELHO, 2001, p.76)

Já na sua concepção restrita, a cultura aparece como dimensão organizada e autônoma em relação a outros domínios da vida social como, por exemplo, a política e a religião. Ou seja, nesta medida, a cultura constitui-se enquanto uma prática social distinta, no dizer de Muniz Sodré (SODRÉ, 1988), um campo, isto é, um "espaço social de relações objectivas", na formulação, já clássica, de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989, p. 64).

Como campo singular e especializado, a cultura comporta instituições, profissões, atores, práticas, teorias, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos, regras e sanções. Assim, diferentemente do seu significado mais

antropológico, na concepção restrita, registra Isaura Botelho, a cultura descola-se do cotidiano e passa a significar

> uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão [que demanda, para se tornar efetiva,] uma organização da produção cultural que permite a formação e/ou aperfeiçoamento daqueles que pretendem entrar nesse circuito de produção, que cria espaços ou meios que possibilitam a sua apresentação ao público, que implementa programas/projetos de estímulo, que cria agências de financiamento para os produtores. Em outras palavras, trata-se de um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura. (BOTELHO, 2001, p. 77)

Cabe ressaltar, todavia, que uma e outra concepções de cultura, a ampliada e a restrita, têm uma importância fundamental para clarear a imbricação entre cultura e desenvolvimento, isto é, para a compreensão, como foi anteriormente referido, da cultura como dimensão estratégica do desenvolvimento[4], como ver-se-á no próximo item deste artigo.

É certo, pois, que o termo cultura deve ser usado no plural e analisado de forma a que se possa apreender sua evolução contínua. Daí que várias culturas e subculturas[5] possam coexistir nas culturas nacionais, muitas vezes em harmonia e muitas outras em conflito e atrito o que, neste caso, costuma levar a exclusões de toda ordem.

Aqui se retoma uma outra questão, rapidamente referida quando explicitou-se, mais atrás, a dimensão ampliada da cultura, que remete à forte associação entre cultura e identidade.

Desenvolvimentos recentes no campo dos estudos sobre a cultura postulam a natureza socialmente construída e mutável das identidades, que se libertam assim de identificações com características estereotipadas de comportamentos de pessoas e de determinações ambientais ou biológicas. Por outro lado, além de socialmente construídas, as identidades são condicionadas por fatores situacionais. Como registra Arantes,

> Ninguém simplesmente se identifica como preto ou negro em todas as situações: 'em Salvador, [uma pessoa] poderá [autoidentificar-se com] ser negro durante o carnaval ou quando está dançando; escuro, para seus colegas de trabalho; moreno ou negão, para os companheiros de bebida; neguinho para sua namorada; preto, para as estatísticas oficiais; e pardo em sua certidão de nascimento (ARANTES, 2004, p.98).

---

[4] Cabe, também, uma ressalva, esta em forma de alerta, quanto ao perigo da fácil, contudo falsa, associação de ambas as concepções de cultura, a ampliada e a restrita, à clássica dicotomia que opõe cultura popular e cultura letrada ou erudita, como se uma forma devesse excluir a outra por representarem, intrinsecamente, opções de caráter ideológico.

[5] A expressão "subcultura" é tomada aqui como parte de um todo maior, a cultura. Não há, por conseguinte, qualquer juízo de valor associado ao termo subcultura, conforme aqui empregado.

A percepção das identidades como construtos culturais e, consequentemente, históricos e mutáveis, além de situacionais, frutos de processos abertos e criativos não elimina o fato de que identidades consolidam-se sobre um "amálgama de sentimentos profundos que são vivenciados como referências pessoais e sociais fundamentais em termos de localização do ser no mundo" (ARANTES, 2004, p.100).

A dinamicidade com que se estabelecem diferenças significativas em termos de identidades também implica fluxos de definição e de redefinição de um conjunto de práticas, objetos e estilos, sinais de diversidades e de desigualdades de épocas e de sociedades, formando nichos diferenciados de mercados, que demandam mercadorias com valor simbólico-cultural agregado[6].

Se valor agregado é aquele valor que se agrega a cada processo de trabalho (SANDRONI, 2005. p.873), então valor simbólico-cultural agregado é aquele incorporado nas atividades de produção, de distribuição e de comercialização de bens e serviços simbólico-culturais no âmbito de uma economia da cultura. A sua formação reflete, de um lado, o valor simbólico do bem, que, por sua vez, é atribuído e constituído social e historicamente por comunidades específicas, e, de outro, o valor alegórico, que lhe é atribuído por aquele que o compra, independentemente de pertencer ou não às comunidades de produtores e de manter laços culturais orgânicos com tais comunidades. Mas longe de ser ato individual orientado pela busca de maximização de resultados e de utilidades, o ato de consumo é ato cultural, impregnado de significados, por meio do qual se reafirmam e se confrontam identidades, sentimentos de pertencimentos a grupos e a comunidades, hierarquia, *status* e poder (ROCHA; ROCHA, 2007). Observa-se, portanto, que no ato de consumo de bens simbólicos parece ocorrer um deslocamento de significados, porque tais significados estão em constante trânsito (MCCRACKEN, 2007), e que esses múltiplos significados formam redes simbólicas que prendem produtos e serviços uns aos outros, os quais tornam-se mutuamente dependentes, dialogam, ligam-se com outros tantos produtos e serviços, chamando-os para perto, colocando estilos de vida, tipos de pessoas e variações de ambiente (ROCHA; ROCHA, 2007).

Para tornar ainda mais clara a distinção entre valor simbólico e valor alegórico, que está em discussão neste artigo, avança-se sobre outro conjunto de estudos – a semiótica, ou melhor, um conjunto específico de trabalhos relativos ao estudo da

---

[6] Não podemos esquecer que esse valor cultural é sempre relativo na medida em que não há culturas absolutamente universais.

estética romântica. Sobre alegoria e símbolo, Todorov (1979, p. 210) anota, entre outras diferenças, a idéia de que o "o sentido da alegoria é finito, o do símbolo, infinito, inesgotável; ou então: o sentido é realizado, terminado e, portanto, está de certo modo morto, na alegoria: está activo e vivo no símbolo" – o que permite que se caminhe na direção de considerar o simbólico como o momento mesmo da produção (por comunidades específicas) e o alegórico como o resultado desta produção, o produto ou serviço (adquirido no mercado pelos consumidores dos bens e serviços simbólicos).

Assim, as determinações do valor alegórico são, em essência, diferentes das determinações do valor simbólico, embora não haja constituição daquela categoria de valor na ausência desta última.

O valor alegórico não responde apenas à lógica da demanda, ou seja, dos nichos de mercado, onde os bens e serviços simbólico-culturais são comercializados. A pré-existência de nichos de mercado representa um dos seus substratos, do lado da demanda, enquanto o lado da oferta é outro o substrato. No lado da oferta, encontra-se uma miríade de produtores culturais, dos mais diversos portes e padrões de organização, entre os quais se estabelecem também diferentes padrões de regulação e de apropriação da riqueza criada, onde são gerados produtos relacionados a valores simbólicos.

A exemplo do que foi feito no item que discutiu o conceito de desenvolvimento, encerra-se a discussão do conceito de cultura com a apresentação sucinta de riscos que rondam práticas informadas por tais conceitos. Põem-se em relevo quatro desses riscos:

- a naturalização do resultado virtuoso da relação entre economia e cultura, que pode redundar em negligenciar as especificidades de "onde e quando" se dá a ação social, isso é, sobre as especificidades simbólico-culturais dos lugares e territórios e sobre sua apropriação por atores diferenciados, o que gera, conseqüentemente, transformações nos usos e práticas que abrigam;
- a negligência quanto às assimetrias de poder de apropriação entre os diversos atores que habitam os territórios, mormente, da população original e dos primeiros agentes que deram novos significados ao lugar;
- a sobrevalorização dos aspectos alegóricos dos bens culturais, em detrimento de seus aspectos simbólicos para atribuir-lhes valor de mercado, isso é, valor de troca. Qualquer bem de consumo tem uma significação que vai além de seu caráter utilitário e seu valor comercial, em função de sua capacidade de carregar e comunicar significados culturais (McCRACKEN, 2007). Se isso é verdade para

qualquer bem de consumo o que não dizer, então, em relação aos bens de consumo cultural;

- a negligência do fato de que a cultura é, simultaneamente, lente de ler o mundo e "planta baixa" da atividade humana. Na qualidade de lente, a cultura constitui o mundo. Na qualidade de "planta baixa" da atividade humana, ela determina as coordenadas de ação social e atividade produtiva, especificando comportamentos e objetos que derivam de uma e outra (McCRACKEN, 2007).

Conclusão

Primeiramente, e do ponto de vista da sua concepção mais ampliada, a dimensão cultural é estratégica para o desenvolvimento pelo fato de que a cultura é a argamassa dos pactos celebrados entre os vários atores sociais e as políticas e projetos de desenvolvimento devem traduzir concertações dessa natureza – evidentemente se compreendido, o desenvolvimento, como um conceito e uma prática que transborda o estritamente econômico e acolhe dimensões outras da vida em sociedade de forma a que possa ser qualificado como desenvolvimento humano sustentável. Daí, por conseguinte, é fundamental que a dimensão cultural marque presença em todos os centros de decisão governamental e, assim, corte de maneira transversal o conjunto das políticas públicas que se ocupam do desenvolvimento.

Em segundo lugar, porque de ambas as dimensões, a antropológica e a especializada, emerge a idéia da cultura como recurso - elemento prático-conceitual que, independentemente de sua natureza, é caro à idéia de desenvolvimento. "Recurso" como valor simbólico, que pode ser agregado aos negócios, e "recurso", também, na forma de bem ou serviço (simbólico-cultural), que pode vir a ser, ele mesmo, negócio.

Parece não restar dúvidas quanto ao papel cada vez mais central que assume a cultura como um recurso – seja na sua dimensão simbólico-identitária agregada a negócios de toda ordem e em variados setores da produção, processo que pode ser nomeado como "culturalização da economia", seja na sua forma de bens e serviços simbólico-culturais que dão corpo a um potente e diversificado mercado, uma e outra somadas na direção da constituição do que é reconhecido como economia da cultura – capaz de criar riqueza na sociedade contemporânea. Como sinalizam Antonio Negri e Giuseppe Cocco, hoje, na atual fase do modo de produção capitalista, "a cultura não tem só um expressivo peso econômico. A economia como um todo depende cada vez mais, em seu conjunto, das dimensões culturais". (NEGRI; CUOCCO, 2006).

Para que se possa chegar a um conceito de "recurso de produção" pertinente ao foco deste artigo, deve-se investir, para fins de conclusão, na relação entre cultura e natureza.

A relação entre cultura e natureza traduz-se em termos de conhecimentos acumulados pelas sociedades humanas sobre o meio-ambiente em que vivem e do qual extraem os seus meios de vida. Sendo assim, "recurso" é também um conceito histórico e cultural, tendo em vista que a transformação de elementos do meio ambiente em recursos para produção considerada útil depende dos conhecimentos acumulados em dado momento histórico por dada sociedade. Segundo Sachs (2005) esse relacionamento idealmente simbiótico entre humanidade (portanto, cultura) e natureza, na prática e historicamente, tem se manifestado muitas vezes pela apropriação predatória dos recursos do meio ambiente e também dos recursos culturais, acrescentamos.

De outra perspectiva – que vem ganhando crescente legitimidade nos meios acadêmicos e entre formuladores de políticas e, talvez, a que mais interesse à discussão aqui traçada – a cultura como um recurso passou a representar um dos eixos centrais de atividades econômicas, em torno dos quais se organizam e se reproduzem mercadorias e relações de produção mercantilizadas, como bem aponta, entre outros, George Yúdice:

> A cultura é hoje vista como algo em que se deve investir, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como atração para o desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora das indústrias culturais e como fonte inesgotável para novas indústrias que dependem da propriedade intelectual (YÚDICE, 2004, p.11).

O fato é que o conceito de cultura como recurso deslocou, absorveu e requalificou, simultaneamente, distinções clássicas consagradas no campo da antropologia da cultura, como alta cultura e cultura de massa. Recorrendo uma vez mais a Yúdice, tem-se que

> A alta cultura torna-se um recurso para o desenvolvimento urbano no museu contemporâneo (por exemplo, o Guggenheim de Bilbao). Rituais, práticas estéticas do dia-a-dia, tais como canções, lendas populares, culinária, costumes e outras práticas simbólicas também são mobilizadas como recursos para o turismo e para a promoção das indústrias do patrimônio. As indústrias da cultura de massa, em especial as indústrias do entretenimento e dos direitos autorais que vêem integrando cada vez mais a música, o filme, o vídeo, a televisão, as revistas, a difusão por satélite e a cabo, constituem os maiores contribuidores mundiais do produto nacional bruto (YÚDICE, 2004, p.11).

Característica singular da cultura como recurso é sua necessidade de gerenciamento, tradicionalmente protagonizado por atores locais, mas que vem tendendo a passar a ser coordenado tanto local quanto supranacionalmente por corporações globais e pelo setor não-governamental internacionalizado, a exemplo da

UNESCO, de muitas fundações públicas e privadas e de um sem-número de organizações não-governamentais (YÚDICE, 2004).

Embora visão só mais recentemente difundida, o mundo já está carregado de exemplos de práticas sócio-produtivas, tendo como eixo a cultura como recurso, que têm contribuído para a criação de riquezas, mas que também têm representado riscos de descaracterização, desestruturação, depredação e alienação de suas fontes de emulação[7].

A relevância da discussão sobre a cultura como um recurso capaz de gerar riquezas ou, dito de forma mais abrangente, a importância da problemática que envolve a cultura e sua relação com o desenvolvimento em todas as suas dimensões, encontra hoje, um reconhecimento crescente por parte da comunidade internacional e dos organismos multilaterais, como atesta, por exemplo, a edição de 2004 do Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, ao adotar como tema a "Liberdade Cultural num Mundo Diversificado" (PROGRAMA... 2005).

Todavia, o potencial de geração de riquezas e de empregos representado pela cultura não pode ser separado de uma visão ampliada da cultura, como geradora de riquezas simbólicas. Não se trata, portanto, apenas de perseguir o crescimento econômico por meio do estímulo às atividades ligadas à cultura, mas, também, e principalmente, de criar as condições propícias ao aumento da diversidade das manifestações culturais, promovendo a inclusão, simultaneamente cultural, social e econômica, de novos e múltiplos agentes criadores. É o caso, aqui, da recusa em adotar-se uma visão meramente instrumental da relação entre cultura e do desenvolvimento, que tende a reforçar e a proteger os interesses dos agentes culturais já estabelecidos, na perspectiva do acionamento das oportunidades que se abrem quanto à expansão do espaço de criação e de circulação de manifestações culturais, com evidentes ganhos econômicos mas, também, com ganhos propriamente culturais, com a produção e a circulação ampliadas de repertórios simbólicos capazes de oferecer alternativas às produções simbólicas dominantes, incluindo-se aí diferentes modelos de desenvolvimento.

Ou seja, o que está em jogo é a afirmação simultânea da necessidade de proteção e de promoção da diversidade cultural e da criação de mecanismos que possibilitem que as riquezas simbólicas sejam transformadas em riquezas materiais, compromisso

---

[7] Sobre o assunto ver inúmeros relatos em YÚDICE, 2004; YÁZIGE, 1996; SINCLAIR, 1998; e SALVÀ TOMÀS, 1996.

assumido pela UNESCO e que está patente no espírito e na letra da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada em outubro de 2005, em Paris, na 33ª. Conferência Geral desta agência das Nações Unidas (UNITED..., 2006).

Como afirmou Celso Furtado, uma "política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural" (FURTADO, 1984, p.32) pois, dimensão fundamental do desenvolvimento das sociedades, dos grupos sociais e dos indivíduos, a cultura representa um único e insubstituível corpo de valores que alimenta o enriquecimento do patrimônio comum da humanidade, na medida em que as tradições de uma sociedade ou de um grupo social e suas formas de expressão são seus meios de afirmar sua presença no mundo.

Bibliografia

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius, BRAGA, Christiano, MORELLI, Gustavo (Org.) **Territórios em movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: SEBRAE, 2004. p.23-69.

AMADIEU, J. France. In: SENGENBERGER, W.; LOVEMAN, G.: PIORE, M. J. (Editors). **The re-emergence of small enterprises**: industry restructuring in industrialized countries. Geneve: International Labor Organization, 1991. p.62-97.

ARANTES, Antonio A. Cultura e territorialidade em políticas sociais. In: LAGES, Vinícius, BRAGA, Christiano, MORELLI, Gustavo (Org.) **Territórios em movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: SEBRAE, 2004. p. 85-130.

AZAIS, C.; CORSANI, A.; NICOLAS, P.. Indústria e território: o que a economia industrial e a economia espacial têm a nos oferecer? **Revista ANPEC**, Brasília, n.2, p. 91 – 113, ago. 1993.

BECATTINE, G. Italy. In: SENGENBERGER, W.; LOVEMAN, G.: PIORE, M. J. (Editors). **The re-emergence of small enterprises**: industry restructuring in industrialized countries. Geneve: International Labor Organization, 1991. p.144-172.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda da discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: Rodrigues, A. D. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 17-22.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, p.73-83, abr./jun. 2001.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e *campo*. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. p. 59-73.

BUSTELO, P. **Teorias contemporâneas del desarrollo económico**. Madrid: Editorial Sínteses, 1999.

CASTRO, I.. Visibilidade da região e do regionalismo: a escola brasileira em questão. In: LAVINAS, L., CARDEIAL, L., M., de T., NABUCO, M., R., (Org.), **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand - Brasil, 1994.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2.ed. Bauru: EDUSC, 2002. 255p.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 204p.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 128p.

HASENCLAVER, Lia; KUPFER, David. Introdução. In: HASENCLAVER, Lia, KUPFER, David (Org.). **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. XXI-XXXVII.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**; um conceito antropológico**.** 9.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 116p.

LIMA, A., LOIOLA, E., MOURA, S. Perspectivas da gestão local do desenvolvimento: as experiências de Salvador e Porto Alegre. **Revista de Economia do Nordeste**, Fortaleza, v.31, fascículo 4, p.986-1018, 2000.

LOIOLA, Elizabeth. **Agroindústria, competitividade e desenvolvimento regional**. 1998. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração da UFBA, Salvador.

LOIOLA, Elizabeth. Turismo e desenvolvimento local sustentado. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 38, p. 817-850, set.out. 2004.

LOVEMAN, G., SENGENBERGER, W. Introduction – economic and social reorganization in the small and medium-sized enterprise sector. In: SENGENBERGER, W.; LOVEMAN, G.: PIORE, M. J. (Editors). **The re-emergence of small enterprises**: industria restructuring in industrialized countries. Geneve: International Labor Organization, 1991. p. 1-61.

McCRACKEN, Grant. Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 47, n. 1, jan./mar. 2007, p. 99-115.

NEGRI, Antonio, COCCO, Giuseppe. O monstro e o poeta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 de mar. 2006. Tendências/Debates.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2004**. Liberdade cultural num mundo diversificado. Lisboa: Mensagem, 2005. 286p.

ROCHA, Ângela de; ROCHA, Everardo. Paradigma interpretativo nos estudos de consumo: retrospectiva, reflexões, e uma agenda de pesquisa para o Brasil. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 47, n. 1, jan./mar. 2007, p. 71-80.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, v.12, n.33, p. 151-165, abr./jun. 2005.

SALVÀ TOMÀS, P. A. Las implicaciones socioculturales del turismo en el Mar Mediterraneo. In: LEMOS, A. I. G. **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996. p.187-206.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do Século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

SINCLAIR, M. T. Tourism and economic development: a survey. **The Journal of Development Studies**, London, v. 34, n. 5, June 1998, p. 1-51.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**; por um conceito de cultura no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 214p.

SOUZA, M. C. de A. **Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial**. Brasília: Edição SEBRAE, 1995.

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do símbolo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 327p.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001429/142919s.pdf>. Acesso em: 21 maio 2006.

VIANNA, Hermano. Diversidade e construção do futuro. In: BRANT, Leonardo (Org.). **Diversidade cultural**. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras; Instituto Pensarte, 2005. p.115-119.

YÁZIGE, Eduardo. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGE, Eduardo, CARLOS, Ana Fani Alessandri, CRUZ, Rita de Cássia Ariza da, (Org.), **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996. p.133-155.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura** – usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 615p.